

A alma úmida de São Paulo

Vladimir Bartalini

Arquiteto, professor dos cursos de graduação e pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Usp, pesquisador do Labparc – Laboratório Paisagem, Arte e Cultura da Fau-Usp.

Resumo

Numa incursão livre pelo tempo geológico e social, tendo por guias cronistas, artistas e poetas de São Paulo e investigações empíricas sobre sua rede hidrográfica, busca-se reaver uma das tantas almas da cidade.

Palavras-chave: São Paulo; paisagem; cidade e alma.

“Se cavarmos a terra, encontraremos a água.
O fundo da bacia sagrada, em torno da qual,
em fila, se comprimiriam as almas sedentas,
seria então ocupado por um lago...”
Paul Claudel

Sedimentos e nuvens

Se a alma tivesse um canto onde repousar, talvez a imaginação o localizasse nas funduras insondáveis, na profundidade indeterminada dos porões, nos subterrâneos úmidos, mais do que nas águas das fontes e dos rios. Os terrenos encharcados seriam intumescências da alma a erupir na epiderme da terra; a névoa, o seu hálito.

De passagem por São Paulo, em janeiro de 1818, Spix e Martius registraram que “Neste mês (...) víamos de manhã, muitas vezes, os morros próximos envoltos em neblina espessa e muito fria, que só se dissipava perto do meio-dia, ao aparecer do sol”¹⁰. Àquela altura, milhões de anos tinham já transcorrido desde que camadas e mais camadas de sedimentos começaram a preencher gradualmente a enorme cavidade de um lago remoto, e que o rio Tietê passara a se firmar como o principal condutor das águas outrora dispersas, levando-as ao seu destino final no Atlântico.

¹⁰ Johann Baptist Von Spix e Carl Friedrich Philipp Von Martius, *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, Vol. 1, trad. Lúcia Furquim Lahmeyer, São Paulo, Edusp, 1981, p. 145.

A alma ancestral de São Paulo é aquosa; a cidade é obsedada por fluidos imemoriais: Pauliceia do “perfume de heliotrópios e de poças”¹¹, a “Londres das neblinas finas”¹² onde “sorri uma garoa cor de cinza muito triste”¹³.

O sorriso dos campos de Piratininga, quando eles ainda eram inumanos, anteriores portanto ao branco, ao índio, ao mameluco, não teria muito a ver com o sorriso dos prados estivais que saturam a atmosfera de aromas frescos e de cores. Seria antes o sorriso de um terreno drenado, de uma água que entra pelos poros e rachaduras superficiais da terra em busca de um leito soterrado e de lençóis puídos. Seria o alternar de distensão e contração dos músculos dos rios: à inundação sucede o refluxo, que abandona nas várzeas lagoas logo enxutas, viagem sem retorno de peixes mantidos prisioneiros, ressecados na vazante – pirá-tinga. Teria sede o sorriso daqueles campos saudosos do lago primordial.

O neologismo “nostalgia”, informa Starobinski¹⁴, vem do grego nóstos (retorno) e algia (dor). A palavra foi aplicada em 1688 numa tese de medicina para dizer a dor do exílio, doença que acometia principalmente estudantes e soldados obrigados a deixarem a terra natal¹⁵. Ela remete ao desterro – privação da terra; ao *dépaysement* (sem equivalente em português) – privação da paisagem. “O lago é um grande olho tranquilo” que olha e reflete, diz Bachelard¹⁶. No entanto, uma vez sorvida a água e tornada opaca a placa refletora, furta-se à terra o “aparelho de olhar o tempo”¹⁷, o comprazimento narcísico, o espelho onde o céu “vem tomar consciência de sua grandiosa imagem”¹⁸. Restam os vapores, o meio turvo.

Poderia um jovem estudante e poeta, na metade do oitocentos, resistir à imersão vertiginosa na alma nublada de São Paulo? Se é próprio de um romântico dissolver-se na natureza, não foi na do Rio de Janeiro, onde viveu a infância e a adolescência, e de onde veio transferido para cursar a Faculdade de

¹¹ Mario de Andrade, “Noturno”, *Poesias completas*, edição crítica de Diléa Zanotto Manfio, Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda. / São Paulo, Edusp, 1987, p. 95-96.

¹² Mario de Andrade, *op. cit.*, “Paisagem No1”, p. 87-88.

¹³ Mario de Andrade, *op. cit.*, “Paisagem No3”, p. 99.

¹⁴ Jean Starobinski, *A tinta da melancolia. Uma história cultural da tristeza*, tradução de Rosa Freire d’Aguiar, São Paulo, Companhia das Letras, 2016.

¹⁵ *Idem*, p. 232.

¹⁶ Gaston Bachelard, *A água e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria*, tradução de António de Pádua Danesi, São Paulo, Martins Fontes, 1998, p. 30.

¹⁷ Paul Claudel, apud Gaston Bachelard, *op. cit.*, p. 33.

¹⁸ Gaston Bachelard, *op. cit.*, p. 27.

Direito, que Álvares de Azevedo mergulhou. A melancolia do planalto promovia melhor a simbiose das almas:

No cinério vapor o céu desbota
Num azulado incerto;
No ar se afaga desmaiando a nota
Do sino do deserto.
Vim alentar meu coração saudoso
No vento das campinas...¹⁹

Talvez ele não ouvisse o Anhangabaú, o adoentado “rio do mau espírito”²⁰, arrastar-se no sopé da Academia, nem o chafariz do Piques, a poucas dezenas de metros, soletrar seus pingos, mas reconheceria nas mudanças súbitas do clima a agitação de águas voláteis; no vapor em suspensão, nuvens evadidas da Serra do Mar; no escoar do líquido, o passar das horas: a fuga da água evoca a do tempo²¹.

A instituição da aldeia, da vila, da cidade, da metrópole de Piratininga não retirou por completo aqueles campos do “fundo escuro” de onde emergiram: só um mito fundador que incluísse a “água primitiva” poderia legitimar, autorizar os seus rios, as suas fontes²², aceitar “o elemento úmido, as plantas inchadas de água, as nascentes, as chuvas relacionadas com a feminilidade”²³. Em vez disso, rezou-se uma missa, fundou-se um colégio, ergueu-se uma paliçada e depois um muro de pau-a-pique para defender a colina dos ataques que poderiam vir do leste, do nascente, como se a extensa várzea lamacenta, constantemente inundada do Tamanduateí já não fosse suficiente para desencorajar investidas por aquele quadrante. Era do rio que a vila se escondia, era por sua causa que ela se cobria da cabeça aos pés como as mulheres que, já passada a metade do século XIX, “punham entre si e o mundo (...) ‘a terrível muralha de um par de

¹⁹ Manuel Antônio Álvares de Azevedo, “Crepúsculo nas Montanhas”, em *Lira dos vinte anos*, Cotia, Ateliê Editorial, 2000, p. 116.

²⁰ Denise Bernuzzi de Sant’Anna, *Cidade das águas. Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*, São Paulo, Senac, 2007, p. 34.

²¹ “A fuga da água me retrança a do tempo”. Trecho de carta de Antoine de Bertin, citado por Starobinski, op. cit., p. 234.

²² Eric Dardel, *L’homme et la terre. Nature de la réalité géographique*, Paris, Editions du CTHS, 1990, p. 81.

²³ *Idem*, p. 88.

rótulas espessíssimas’ e de lá tudo devassavam, ‘salvando sua casta individualidade dos olhares cobiçosos (...)’²⁴.

Mas também éramos índios ou mamelucos, e de suas almas selvagens herdamos o gosto pelos banhos de rio, “com todo o mundo nu”, segundo relato do padre Manuel da Fonseca²⁵. Esse hábito atávico, considerado atentatório ao decoro urbano, continuou a ser praticado até desaparecer por completo em consequência da repressão policial sistemática, no final do século XIX:

No período de 1880 a 1889 caiu sobre a natação feita no Tamanduateí e no Tietê o peso dessa proibição. Talvez por causa dos espetáculos de nudismo ou pelo perigo que ofereciam essas atividades semi-esportivas sobretudo quando praticadas por menores. Foi no tempo dos Urbanos – contou Afonso A. Freitas – então comandados por um veterano da guerra do Paraguai, o major Manuel Vieira. Os policias chegavam a cercar as duas margens do Tamanduateí, no trecho da rua Glicério. Os nadadores, quando percebiam a presença dos Urbanos, apoderavam-se das roupas – já deixadas amarradas na margem – e nadavam para o meio do rio. Muitas vezes os Urbanos acampavam à beira da corrente, à espera dos infratores. Mas eles nadavam rio abaixo até as matas da chácara de Dona Ana Machado, pela altura da atual rua Conde de Sarzedas, e assim conseguiam burlar às vezes a vigilância dos perseguidores. Nessas batidas distinguia-se – ainda segundo as notas de Freitas – um “urbano” espantadiço e nervoso, que se tornou popular entre os frequentadores do rio pelos nomes de “Assombração” e “Espanta-Gato”²⁶.

O sobrenatural e o interdito povoam os nossos rios. São portadores do sagrado e do maldito. Há não muito tempo, foi colhido o depoimento de uma moradora das imediações do rio Pinheiros que atesta, pela memória da sua

²⁴ Ernani Silva Bruno, *Memórias e tradições da cidade de São Paulo*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1954, vol. I, p. 51.

²⁵ *Idem*, vol. I, p. 364.

²⁶ *Idem*, vol III, p. 1246.

infância, esta ambivalência: “Na Ponte do rio Pinheiros, aquela de madeira, tinha uma assombração (...) Era um fulano que se cobria com um lençol (...) A água do rio era limpinha, limpinha. A gente não nadava (...) A gente tinha medo, mas eu ia batizar as bonecas no rio”²⁷.

As margens dos rios eram também o refúgio dos à margem da lei, e suas barrancas erodidas, o adiamento temporário dos castigos ao escravo insubmisso:

As capoeiras e os capinzais que havia em torno do Tanque Reúno, no Bexiga, como em outros pontos da baixada em que corriam o Anhangabaú e o riacho Saracura, serviam sempre de esconderijo onde se aquilombavam negros cativos e desordeiros. Era o que dizia em 1831 o requerimento apresentado por várias pessoas ao governo da cidade, pedindo permissão até para fecharem os lugares por onde passava o ribeiro Anhangabaú, para a parte do Bexiga, em cujas margens se acoitavam ladrões e escravos fugidos. O tropel dos capitães do mato – escreveu um cronista – deve ter soado muitas vezes pelas suas barrocas e pelos seus precipícios²⁸.

O urbanismo sanitarista não foi eficaz na erradicação dos miasmas que ascendem do fundo do lago ancestral. Eles rondam a Ponte da Tabatinguera de Almeida Júnior (1895) e azulam palidamente o céu; ensombrecem e dissolvem no Tamanduateí paredes, muros e peitoris que logo se tornarão morros. Esvaziam as casas. Na fuga, um pano esquecido na janela assiste ao desfazer-se em pedra, madeira e minério a obra humana deixada ao abandono²⁹. Passados três anos, o “Mendigo da Tabatinguera” (1898) é o único habitante daquelas paragens. O destaque da figura humana não atenua a força dos planos posteriores e dos fundos: sua perna direita são pinceladas do rio; seu rosto, sua

²⁷ Depoimento de Isaura Teixeira Perrotti em Secretaria Estadual do Meio Ambiente, *O rio Pinheiros*, São Paulo: Governo do Estado de São Paulo / Sema, 2002, p. 60, apud Denise Bernuzzi de Sant’Anna, *op. cit.*, p. 65.

²⁸ Ernani Silva Bruno, *op. cit.*, vol. II, p. 738-739.

²⁹ “O homem está num combate incessante, o do dia que dá às coisas um sentido, uma grandeza, um distanciamento, fazendo emergir um mundo, e o da noite, da ‘Terra’, fundo escuro ao qual retorna a obra humana quando, deixada ao abandono, volta a ser pedra, madeira, metal”, Eric Dardel, *op. cit.*, p. 58.

mão, são da mesma matéria das casas e das pilastras onde se assenta a ponte. A água é o solvente universal, ela “dissolve mais completamente”³⁰.



Almeida Júnior – “Ponte da Tabatinguera” e “Mendigo da Tabatinguera”

As paisagens paulistanas de Gregório Gruber rescendem a vapores que, saídos não se sabe de onde, invadem o espaço e o ocupam por completo, turvando a visibilidade cabal dos edifícios, da pavimentação, dos objetos que dão materialidade à cidade. Ao tocarem o chão, condensam-se em limo: o lago assoma à superfície, aspergido pelas lâmpadas.

Na manhãzinha trivial dos pingados nos balcões dos bares recém abertos, ou das garrafas térmicas nos pontos de ônibus, quando a luz do céu é mais mortiça que a das ruas, são notas garoentas que impregnam a atmosfera, “sonorizando a madrugada”³¹.

³⁰ Gaston Bachelard, *A água e os sonhos*, op. cit., p. 94.

³¹ “Sonoro sereno / Serena garoa / Pela madrugada / Não faço nada que me condene / A sirene toca / Bem de manhãzinha / Quebrando o silêncio / Sonorizando a madrugada / Passa o automóvel / Na porta da fábrica / O radinho grita com voz metálica / Uma canção / Sonora garoa / Sereno de prata / Sereno de lata / Reflete o sol bem no caminhão”. Sonora garoa, canção de autoria de Passoca (Marco Antônio Vilalba), lançada em 1983.



Gregório Gruber - Paisagens paulistanas

Vestígios

Quando chegamos, já não havia mais lago. Sequer os índios o viram naufragar, mas nomearam um a um os fios da cabeleira que boiava ainda à tona, as linhas d'água que tecem a chamada rede hidrográfica da bacia sedimentar de São Paulo. Batizaram-nos os pagãos, reconheceram e cuidaram de suas almas singulares: o Tabatinguera do barreiro abandonado; o Pirituba dos juncais; o Mandaqui dos bagres de hábitos noturnos; o Tremembé dos atoleiros; o Itaquera da pedra dura; o Saracura das aves de pernas e bicos longos; o Itororó da bica d'água; o Canindé da arara azul. Estenderam os parais de margem a margem no Anhembi – o Tietê – e no Tamanduateí. Fartaram-se de peixes.



Thomaz Farkas – Lavadeiras na marginal do Tietê, na década de 1940

A cidade branca serviu-se dos rios, mas não os amou como as lavadeiras que conheceram seu ondular. Pinturas e fotografias oitocentistas ou do início do novecentos atestam as margens do Tamanduateí flocadas de roupas e espumas, e ainda em meados do século XX elas eram vistas perto da ponte das Bandeiras, no Tietê.

A cidade oficial, no entanto, evitou os rios e suas várzeas, voltou-lhes as costas, depositando ali tudo o que os lugares prestigiados rejeitariam: o lixo e o esgoto, e também a casa de detenção, o recolhimento dos alienados, o lazareto, moradas dos que sofrem e pagam penas. Almas penadas.

Em 1854, o jornal *Correio Paulistano* comentava que, próximo às margens do Tietê, no bairro da Luz, “encontram-se um casebres que se dizem hospital dos lázaros. Quem por aí passar pensará antes que serão apenas ruínas ou taipas caídas”³². O hospício de dementes estabeleceu-se em plena várzea do Tamanduateí, entre as pontes do Carmo e da Tabatinguera, até ser transferido para o Juqueri, em 1906. Na terceira década do século XVIII, na tentativa de controlar as epidemias de sarampo e varíola, supostamente transmitidas por

³² Ernani Silva Bruno, *op. cit.*, vol. II, p. 734.

escravos vindos de fora, as autoridades determinaram que “os negros deviam esperar no ribeiro chamado Lavapés – os procedentes de Santos – e no ribeiro chamado Santo Antônio – os que vinham de Parati ou das Minas Gerais – a tal visita da saúde”³³.

O papel vital das fontes e chafarizes nas práticas diárias dos primeiros tempos de São Paulo, não gerou afetos e cuidados, ao contrário, motivou interdições: no final do século XVI estabeleciam-se multas para “qualquer pessoa que fosse à fonte não tendo lá o que fazer”³⁴ e, no início da segunda década do século XVII, determinava-se, para conter os sátiros e tranquilizar as ninfas, que “nenhum homem nem mancebo, de quinze anos para cima, fosse às aguadas e fontes da vila”³⁵.

A primeira e, talvez, única iniciativa oficial para incentivar o contato prazeroso com as nossas águas ocorreu em meados da década de 1870, com a criação da Ilha dos Amores, na margem esquerda do Tamanduateí, quase beirando a rua Vinte e Cinco de Março, nos fundos do Palácio da Presidência da Província. Em menos de duas décadas estava arruinada. Os que testemunharam a fase áurea da ilha disseram ser ela “linda, muito florida e garrida, com seus canteiros perfumados, com sua pontezinha alta e recurva, à moda chinesa, deixando lá embaixo a água clara do Tamanduateí”³⁶.

Antes de completar sete anos de existência, as críticas de alguns vizinhos levaram o zelador da Ilha dos Amores a defender-se e a defende-la numa resposta que saiu publicada em fevereiro de 1881:

Não é verdade que se reúna na casa de banhos desta ilha grande quantidade de gente em companhia de mulheres de má vida, fazendo algazarra, gestos ou proferindo palavras obscenas. (...) Junto à casa de banho mora a minha família, cujo pudor e

³³ *Idem*, p. 337.

³⁴ Afonso de E. Taunay, *São Paulo nos Primeiros Anos*, p. 116, apud Ernani Silva Bruno, op. cit., vol. I, p. 280.

³⁵ Afonso de E. Taunay, *História Seiscentista da Vila de São Paulo*, apud Ernani Silva Bruno, op. cit., vol. I, p. 280.

³⁶ Judith Mader Elazari, *Lazer e vida urbana. São Paulo, 1850-1910*. Dissertação de mestrado em História Social, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1979, p. 71. Provavelmente, “a água clara do Tamanduateí” se devesse às obras de saneamento efetuadas na metade do século, permitindo a abertura de um ramal despoluído rente à rua Vinte e Cinco de Março, formando-se assim a ilha propriamente dita, conforme relata Paulo Cursino de Moura, *São Paulo de Outrora. Evocações da Metrópole*. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 3a edição, s/d, p. 212.

dignidade, pelo meu trabalho, não deixo que sucumba diante da miséria, nem sujeito àquilo que as famílias do rico não podem tolerar. É verdade que aos domingos, muitos moços do comércio aqui vêm e poderão ser um pouco ruidosos em suas conversações, porém nunca inconvenientes (...). Felizmente não pediu o queixoso a extinção desta casa, doce refrigério da pobreza, de quem se lembrou a Província a bem da higiene pública³⁷.

Passados mais alguns anos, novas críticas, e a imprensa divulgava a ilha como “depósito de imundícies, foco das mais torpes imoralidades, ninho de vagabundos e gatunos (...)”³⁸.

Dizer rios, várzeas, sujeira, doença e rebaixamento moral era dizer a mesma coisa. Um documento oficial de 1887 falava do péssimo estado dos rios da cidade e de muitos casos de febre tifoide rondando o córrego Anhangabaú³⁹. No relatório enviado em fins de 1914 à Câmara Municipal para justificar a urgência de se criar o que mais tarde se chamaria Parque Dom Pedro II, leem-se enormidades como estas do então prefeito Washington Luiz ao referir-se à Várzea do Carmo, área banhada pelo Tamanduateí no sopé da colina histórica:

(...) é uma vasta superfície chagosa, mal cicatrizada em alguns pontos e ainda escalavrada, feia e suja, repugnante e perigosa, em quase toda a sua extensão. (...) É aí que, protegida pelas depressões do terreno, pelas voltas e banquetas do Tamanduateí, pelas arcadas das pontes, pela vegetação em moitas, pela ausência de iluminação, se reúne e dorme e se encacha à noite, a vasa da cidade, numa promiscuidade nojosa, composta de negros vagabundos, de negras edemaciadas pela embriaguez habitual, de uma mestiçagem viciosa, de restos inomináveis e vencidos de todas as nacionalidades, e em todas as idades, todos perigosos (...)⁴⁰.

³⁷ Judith Mader Elazari, *op. cit.*, p. 72

³⁸ *Idem*.

³⁹ Ernani Silva Bruno, *op. cit.*, vol III, p. 1190.

⁴⁰ Relatório do Prefeito Washington Luís Pereira de Souza, de 16 de dezembro de 1914, apud Rosa Grena Kliass, *Parques Urbanos de São Paulo*, São Paulo, Pini Editora, 1994, p. 115.

Essas palavras, elas sim repugnantes, embora ditas há mais de um século, poderiam sair da boca de um prefeito de hoje ou serem, ao menos, condizentes com o que vai no seu pensamento. Cem anos é pouco para redimir uma água condenada.

Naquela “vasta superfície chagosa” inaugurou-se um parque. Não durou muito. Com medo de que, pela ferida aberta, o lago retornasse inundando a obra, recalcou-se-o, mas os espasmos freáticos tornaram inócuo o curativo.

Quando o século XX despontou, córregos centrais, como o Bexiga, já não apareciam nos mapas. Tinham sido enterrados. Em breve, outros tantos teriam o mesmo fim, ganhando, alguns, o status de avenidas. Num deles, o Saracura, requintes urbanísticos celebraram as suas nascentes com éxedras nas bocas do túnel da Nove de Julho. Ali, ainda nos anos de 1950, meninos se banhavam na água das bacias lavradas em pedra. No entanto, diante dessa quebra intolerável do protocolo, achou-se melhor deixar a água escoar pelo ralo. A hidrofobia se disseminou. Até o símbolo se deixou secar.



Daí em diante, o fluxo das avenidas sobrepôs-se ao fluxo dos rios sem qualquer veleidade. A água devia vazar o mais rápido possível, escondida e em silêncio, sem cantar, sem interpor sua voz ao rumor e ao rodar do tráfego. Os afluentes anônimos, capilares da densa rede hidrográfica, foram deixados à própria sorte, encaixados entre os fundos das construções, enfiados sob elas ou acondicionados em tubos tronchos, mal-ajambrados, engendrando becos, vielas, desníveis insólitos, excrescências que indiciam o seu fluir subterrâneo partilhado com os esgotos. Esses vestígios são valiosos, apesar da sua feiura e da sujeira. São manifestações ainda possíveis da alma recalçada.

“Beleza natural sem natureza”⁴¹?

Verde, Água Preta, Sapateiro, Aclimação, Tiburtino, Mandaqui, Tremembé, Carajás, Congo, Anhanguera, Pirituba, Uberabinha, Cambuci, Pirajussara, Rio das Pedras, Guaimi. Em todos eles, e em muitos outros, a água insiste no seu canto a bocca chiusa. Sabe-se de feitos espetaculares exibindo rios dados por mortos, como o Cheonggyecheon, na Coreia do Sul. No entanto, lá não é a alma que canta. Para ouvir a alma aquosa, para conhece-la em sua natureza é preciso o silêncio, um abrigo a ser conquistado no próprio pulsar frenético da metrópole. É justamente no meio do redemoinho urbano que ela atua de modo mais insidioso. “A Natureza ama esconder-se”, disse Heráclito, e Mário de Andrade sabia que é num bairro bem central que o mistério engana mais⁴².

Para aquele que é atraído pelas profundezas da alma da cidade, encontrar e reconhecer, em lugares onde se supõe a urbanização plenamente consolidada, os vestígios da água imemorial sobre a qual se assenta São Paulo, é topar com preciosidades. Eles são “atos falhos”, portas de acesso ao insondável, e existem concretamente, materialmente. Em geral, não são ostensivos, ao contrário, passam despercebidos com facilidade, mas causam certo estranhamento a quem tem o andar lento e os sentidos atentos. Pode se tratar do avanço esdrúxulo de

⁴¹ “Beleza natural sem natureza” é o título de um dos capítulos de *Cidade e Alma*, de James Hillman, tradução de Gustavo Barcellos e Lúcia Rosenberg, São Paulo, Studio Nobel, 1993.

⁴² “Quando as casas baixarem de preço / Lá na cidade, Laura Moura / Uma delas será sua sem favor. / Será num bairro bem central, / Pra que o nosso mistério engane mais (...).”

um piso suspenso sobre um passeio de pedestres, negaceando e, ao mesmo tempo, dificultando a entrada pela fresta estreita que conduz ao abrigo secreto da água corrente; ou do guarda-corpo insólito da ponte de um rio que não há mais; ou de um outro guarda-corpo que, desprovido de sua função, virou floreira; ou do trecho protuberante da galeria que encerra um córrego, alguns decímetros acima do nível da calçada, formando um pedestal que proporciona o estar a salvo do lixo acumulado na grade da boca-de-lobo; ou das caixas abertas a esmo nos pisos por onde se ouve, ou se vê, o andamento do rio; ou, no mais das vezes, de corredores estreitos e cegos, linhas tortas e interrompidas que cosem, canhestramente, o tecido urbano.

A natureza, a água, especificamente, está ali como está no mar ou num rio que desce solto pela montanha. Para argumentar com a proposta de Hillman de deslitalizar o natural⁴³, deve-se dizer que, nesses casos, trata-se de natureza “natural” e “anterior”, sim, e em plena cidade. Apoiado nos exemplos do animismo, Hillman advoga que “qualquer objeto pode ser animado, ter alma”⁴⁴ e que

Qualquer pedra – quer seja no solo, na palma da mão, esculpida numa estátua, usada como ferramenta, ou respeitada como um amuleto – pode ser um objeto que fala, ou seja, um totem ou um fetiche, dependendo de onde é colocada, como é cuidada, e de que seja ritualisticamente encarada. Todo tipo de coisa pode nos dar o sentido da beleza (...) dependendo menos de sua origem na natureza do que do tratamento que recebem por nossas mãos e mentes. (...) O mundo comum pode liberar a experiência do “dado por Deus”, uma vez que nos libertemos de identificar essa experiência somente com a natureza, com aquilo que as mãos humanas não fizeram. Então, aquilo que disseram os gregos se torna óbvio: “Todas as coisas estão cheias de Deuses”⁴⁵.

Concordar integralmente com esse discurso não implica nem autoriza desconsiderar a alteridade da natureza, ou seja, da Terra. “Mundo e Terra são essencialmente diferentes um do outro e, contudo, nunca separados”, diz

⁴³ James Hillman, *op. cit.*, p. 124-125.

⁴⁴ *Idem*, p. 124.

⁴⁵ *Ibid.*

Heidegger⁴⁶. Tão problemático quanto separar natureza e cultura, visto que as próprias ideias de natureza vinculam-se a concepções de mundo, é indiferencia-las.

“Desentranhar a necessidade de beleza da necessidade de natureza”, como propõe Hillman⁴⁷, é perfeitamente cabível, mas não é disso que se trata aqui, e sim de assumir que a natureza, a Terra, nas suas expressões mais diversas, é algo irrecusável, inclusive no urbano. Subsumir a cidade como “natureza humana”⁴⁸ não revoga o outro termo indispensável para que haja mundo humano, qual seja, o inumano, ou natural. Foi fora dos muros da polis que Sócrates, com os pés mergulhados nas águas frescas de um regato e o corpo se comprazendo à sombra das árvores, envolvido pela fragrância das florações e o coro das cigarras, travou, com Fedro, o diálogo sobre as quatro loucuras divinas: a profecia, o delírio místico, a poesia e o amor. Gianni Carchia vê, nesse diálogo, “o lugar teórico onde, pela primeira vez na história do pensamento ocidental, aparecem as ideias capazes de circunscrever a paisagem como espaço mítico-epifânico e, por isso mesmo, estético”⁴⁹. É o lugar “onde o controle do homem sobre o mundo é menor, onde o mundo se torna epifania, espaço do evento e do mistério”⁵⁰, o lugar onde “o logos humano, apoiado na vontade da razão, (...) dá lugar à linguagem da revelação, que não está em poder dos homens mas, antes, dele se apodera”⁵¹.

Quando a polis se estende para além dos seus muros, ela avança sobre a paisagem, isto é, sobre o espaço insubmisso ao controle absoluto da razão. Porém, ao ser fagocitado, esse espaço se instala no próprio interior da polis, como um cavalo de Tróia. O fato dele ser mantido recluso, fora do alcance dos olhos, não significa que ele não esteja ali, em plena cidade, subterrâneo, movendo-se imperceptivelmente como as placas tectônicas.

⁴⁶ Martin Heidegger, *A origem da obra de arte*, tradução de Idalina Azevedo da Silva e Manuel António de Castro, São Paulo, Edições 70, 2010, p. 121.

⁴⁷ James Hillman, *op. cit.*, p. 124.

⁴⁸ *Idem.*

⁴⁹ 40 Gianni Carchia, “Per una filosofia del paesaggio”, in Paolo D’Angelo (ed.), *Estetica e paesaggio*, Bologna, Il Mulino, 2009, p. 216.

⁵⁰ *Ibid.*, p. 217.

⁵¹ *Ibid.*, p. 218.

Beleza sem natureza é possível. Aliás, para alguns pensadores, só cabe falar em beleza a respeito do que é produzido pela atividade humana⁵². Seria desnecessário, portanto, criticar as iniciativas, talvez questionáveis, de “copiar o mundo verde”⁵³ ao se pleitear, na cidade, a beleza sem natureza, bem como dizer que “A beleza urbana não precisaria tirar seus modelos da aproximação com a natureza selvagem, colocando árvores em vasos e trepadeiras internas, cachoeiras artificiais barulhentas (...) e plásticos que imitam a aparência do couro ou pedra”⁵⁴.

Pode-se entender o título provocativo utilizado por Hillman – “Beleza natural sem natureza” – como um pretexto para introduzir a ideia de que mesmo os objetos produzidos pelo homem têm alma, e também para criticar os simulacros de natureza na cidade, quase sempre de valor duvidoso ou sem qualquer valor. Mas não seria necessário ir tão longe quando se tem a natureza natural tão perto, logo abaixo do solo, e tão pervasiva, em plena cidade.

O esforço para desvelar a água e assumir a umidade de São Paulo não se dá só no sentido de oferecer à cidade coisas belas que satisfaçam a necessidade que a alma tem de beleza. Trata-se de trazer a própria alma da cidade ao convívio urbano, com sua umidade vital, cuja recusa pode ser lida como uma preferência pela morte⁵⁵.

Não se interprete isso, enfim, como uma elegia ou desagravo à água negada, reprimida, mas como uma reivindicação da alma para participar da festa, não apenas como convidada para “abrilhantar” o evento, mas como anfitriã, uma vez que, tanto quanto nós, ela é dona da casa, frequenta todos os seus cantos e a inunda com sua emergência fluida, líquida e gasosa. “A água, em seu simbolismo, sabe tudo reunir”, diz Bachelard⁵⁶. Sem ela, sem a sua umidade multifacetada e polissêmica, não haverá glória alguma, a festa será dispersa, exangue, desanimada, ou terá uma animação postiça, caso ostentações fúteis lhe sonquem o recolhimento substancial. Nem tanto ao mar, nem tanto à terra: a

⁵² Para Schelling e Hegel, informa Paolo D’Angelo, a beleza natural é apenas um reflexo da beleza artística, e para Lukács seria mesmo um equívoco falar em beleza natural. Paolo D’Angelo, *Filosofia del paesaggio*, Roma, Quodlibet, 2010, pp. 83-84.

⁵³ James Hillman, *op. cit.*, p. 125.

⁵⁴ *Ibid.*

⁵⁵ Maurice Merleau-Ponty, *Conversas*, tradução de Fábio Landa e Eva Landa, São Paulo, Martins Fontes, 2004, p. 24.

⁵⁶ Gaston Bachelard, *A água e os sonhos*, *op. cit.*, p. 155.

alma se manifesta nos limiães, nas entrelinhas. Para o caso de São Paulo, vem a calhar o comentário de Bachelard sobre um ensaio de Claudel:

Essa água interior, esse lago subterrâneo de onde surge um altar, será uma “bacia de decantação de águas poluídas”. Por sua simples presença ela purificará a enorme cidade. Será uma espécie de mosteiro material que orará sem cessar na intimidade e na permanência de sua única substância⁵⁷.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Mario de. *Poesias completas*, edição crítica de Diléa Zanotto Manfio, Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda. / São Paulo: Edusp, 1987.

AZEVEDO, Manuel Antônio Álvares de. *Lira dos vinte anos*, Cotia, Ateliê Editorial, 2000.

BACHELARD, Gaston. *A água e os sonhos. Ensaio sobre a imaginação da matéria*, tradução de Antônio de Pádua Danesi, São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BRUNO, Ernani Silva. *Memórias e tradições da cidade de São Paulo*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1954.

CARCHIA, Gianni. “Per una filosofia del paesaggio”, in Paolo D’Angelo (ed.), *Estetica e paesaggio*, Bologna, Il Mulino, 2009.

D’ANGELO, Paolo D’Angelo. *Filosofia del paesaggio*, Roma, Quodlibet, 2010.

DARDEL, Eric. *L’homme et la terre. Nature de la réalité géographique*, Paris, Editions du CTHS, 1990.

ELAZARI, Judith Mader. *Lazer e vida urbana. São Paulo, 1850-1910*. Dissertação de mestrado em História Social, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1979.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da obra de arte*, tradução de Idalina Azevedo da Silva e Manuel Antônio de Castro, São Paulo, Edições 70, 2010.

HILLMAN, James. *Cidade e Alma*, tradução de Gustavo Barcellos e Lúcia Rosenberg, São Paulo, Studio Nobel, 1993.

⁵⁷ *Idem*, pp. 155-156.

KLIASS, Rosa Grena. *Parques Urbanos de São Paulo*, São Paulo, Pini Editora, 1994.

MERLEAU-PONTY, Maurice. *Conversas*, tradução de Fábio Landa e Eva Landa, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

MOURA, Paulo Cursino de. *São Paulo de Outrora. Evocações da Metrópole*. São Paulo, Companhia Melhoramentos, 3ª edição, s/d.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. *Cidade das águas. Usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)*, São Paulo, Senac, 2007.

SPIX, Johann Baptist Von e MARTIUS, Carl Friedrich Philipp Von. *Viagem pelo Brasil, 1817-1820*, Vol. 1, tradução de Lúcia Furquim Lahmeyer, São Paulo, Edusp.

STAROBINSKI, Jean. *A tinta da melancolia. Uma história cultural da tristeza*, tradução de Rosa Freire d'Aguiar, São Paulo: Companhia das Letras, 2016.